



Opinião
Zappa Hoop
 A aplicação da *ultra vires doctrine*
 (Página 11)



ÚLTIMAS
 Código Civil beneficia universo contábil
 (Página 12)

Notícias Contábeis
 Sistema CFC/CRCs participa de Provão 2002
 (Página 9)

JORNAL DO CFC

BRASÍLIA-DF - ANO 5, Nº 51 - AGOSTO DE 2002

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Conselho e CVM agem para combater fraudes contábeis



Antes mesmo de ser anunciada a quebra da Enron, a primeira grande empresa norte-americana a esconder seus prejuízos dos investidores, o CFC criou e implantou o Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE), a chamada Revisão pelos Pares. O trabalho, apoiado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e coordenado pelo Contador José Antonio de Godoy, teve início em fevereiro deste ano.

Já foram analisados 83 relatórios dos revisores. Alguns relatórios pedem esclarecimentos e outros, complementações para as empresas de auditoria. À medida que esses esclarecimentos e complementações vão sendo atendidos, os relatórios são aprovados.

O prazo final para que os revisores apresentem os relatórios das 347 empresas de auditoria independente restantes termina no próximo dia 30 de setembro.

Página 3

Revista Brasileira de Contabilidade



Últimos dias para participar da promoção RBC/Mastermaq. A Revista Brasileira de Contabilidade é uma das revistas mais antigas do País. Assinando a RBC até o dia 10 de outubro, você participa da promoção e concorre a um Palio, um notebook e um microcomputador. Está esperando o quê? Não perca essa promoção!

A assinatura custa apenas R\$ 28,00 (valor promocional)

Página 6

Entrevista

José Martonio Alves Coelho, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, fala da 2ª edição do Exame de Suficiência 2002 e da ação do CFC na defesa do curso de Ciências Contábeis. (Página 5)



Pioneiros da Contabilidade

Aecim Tocantins, um exemplo de pioneirismo. Leia a história deste quarto entrevistado da série. Aecim foi o primeiro presidente do CRCMT. (Página 12)



Editorial

Jornal do CFC amplia cobertura

Foto: Eugênio Novaes



Desde abril deste ano, o leitor do **Jornal do CFC** passou a se informar melhor sobre as ações do CFC, dos Conselhos Regionais, das demais entidades contábeis e de profissionais de todo o País. Além disso, o jornal está priorizando o contabilista brasileiro, mostrando como vive, suas esperanças, seu trabalho e contando um pouco de nossa história.

O **Jornal do CFC** passou por melhorias técnicas, com a finalidade de facilitar sua leitura e torná-lo mais atrativo. Dentre outras, destacamos modificações no formato, cor, diagramação e a criação de colunas específicas para a inserção de matérias enviadas pelos Conselhos Regionais, pelas federações, sindicatos e associações, contabilistas, empresas contábeis e pelos interessados em geral.

O meio acadêmico agora também poderá divulgar suas realizações neste jornal, quer sejam das instituições de ensino superior, de seus departamentos e professores de Contabilidade, dos estudantes de Ciências Contábeis, nossos futuros profissionais, e das entidades estudantis.

Ampliada a sua tiragem para

85.000 exemplares, o **Jornal do CFC** conta um pouco da história de profissionais e empresas contábeis que, acreditando na profissão contábil, precederam muitos de nós. Mais que um reconhecimento àqueles que desbravaram nossa profissão, muitos como fundadores dos primeiros sindicatos, conselhos e outras agremiações, e ao pioneirismo dos primeiros escritórios de contabilidade, a série "Pioneiros da Contabilidade" servirá como incentivo a todos os contadores e técnicos em contabilidade, especialmente aos iniciantes, para melhor visualizar

a profissão que escolheram e para que continuem acreditando nessa grandiosa profissão contábil.

O **Jornal do CFC** é lido, mensalmente, por profissionais, estudantes e autoridades do Brasil e do exterior. Atualmente, é enviado, gratuitamente, a todas as empresas de serviços contábeis, faculdades de Ciências Contábeis, assinantes da Revista Brasileira de Contabilidade, conselheiros e delegados dos Conselhos Regionais e dirigentes das demais entidades contábeis, inclusive das internacionais. É enviado, ainda, aos parlamentares do Congresso Nacional, ministros de Estado, aos governadores e prefeitos de todo o País, dentre outras autoridades.

Com esta nova filosofia, o **Jornal do CFC** amplia seu leque de abrangência e cumpre seu papel de bem informar a sociedade e enaltecer a contabilidade.

Aguardamos sugestões, que podem ser enviadas ao e-mail presidencia@cfc.org.br ou diretamente à Comunicação Social, comsocial@cfc.org.br. Desejamos a todos, uma boa leitura.

Alcedino Gomes Barbosa
Presidente do CFC

Expediente

Plenário do CFC

Presidente

Alcedino Gomes Barbosa

Vice-presidente de Administração

Sergio Faraco

Vice-presidente de Desenvolvimento

Profissional - José Martonio Alves Coelho

Vice-presidente de Controle Interno

Raimundo Neto de Carvalho

Vice-presidente de Registro e Fiscalização

Dorgival Benjuno da Silva

Vice-presidente Técnico

Irineu De Mula

Conselheiros Efetivos

Contador Alcedino Gomes Barbosa
Contador Antônio Carlos Dóro
Contador Dorgival Benjuno da Silva
Contador Irineu De Mula
Contador José Justino Perini Colledan
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador Raimundo Neto de Carvalho
Contador Sudário de Aguiar Cunha
Contador Sergio Faraco
Contador Washington Maia Fernandes
Téc. Cont. Bernardo Rodrigues de Souza
Téc. Cont. Miguel Ângelo Martins Lara
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes
Téc. Cont. Waldemar Ponte Dura
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega

Conselheiros Suplentes

Contador Antonio Augusto de Sá Colares
Contador Delmiro da Silva Moreira
Contadora Eulália das Neves Ferreira
Contador José Antonio de Godoy
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Contadora Maria do Socorro Bezerra Mateus
Contador Pedro Nunes Ferraz da Silva
Contador Roberto Carlos Fernandes Dias
Contador Solindo Medeiros e Silva
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Téc. Cont. Albino Luiz Sella
Téc. Cont. Edeno Teodoro Tostes
Téc. Cont. Francinês Maria Nobre Souza
Téc. Cont. José Augusto Costa Sobrinho
Téc. Cont. Windson Luiz da Silva

Cartas

Parabéns!

▶ Gostaria de parabenizar o CFC pelas belíssimas iniciativas referentes à campanha publicitária do Exame de Suficiência e à Campanha Nacional de Doação de Sangue. Tive a oportunidade de ver uma das propagandas sendo exibida no programa do Faustão, horário de grande audiência. Essas iniciativas vêm ao encontro da necessidade que temos de que a sociedade conheça, de fato, nosso real valor.

Márcio Luiz Borinelli
Contador e professor da
Universidade Estadual de Maringá

▶ Recebi o **Jornal do CFC** nº 48, referente ao mês de maio de 2002, e quero parabenizá-la, senhora editora, juntamente com a equipe do jornal, pelas excelentes matérias publicadas e pelo novo visual

adotado, que ficou lindo. Aproveite também a oportunidade para parabenizar o CFC, na pessoa do seu presidente, pela grande iniciativa de proporcionar à classe contábil a oportunidade de melhorar continuamente os seus conhecimentos, por intermédio das novas turmas de mestrado em contabilidade.

Nelsael Melo
Professor de Contabilidade,
Administração e Economia - RJ

MEC

▶ Gostaria de prestar minha homenagem ao CFC pelo embate direto no MEC quanto à exclusão do curso de Ciências Contábeis de uma lista com 11 cursos, que terão sua duração reduzida para 3 anos. E vale ainda dizer que o CFC mostrou ao MEC que é impossível e inadmissível esse novo sistema,

pois estamos com quase a totalidade das universidades públicas sucateadas e as universidades particulares oferecendo uma péssima qualidade de ensino.

Contador Renato R. Fonseca
renato_rocha_@hotmail.com

Erramos...

na edição nº 49, junho/2002, na matéria "CFC exige curso de Ciências Contábeis com quatro anos". Na verdade, existem oito cursos de mestrado e/ou doutorado no Brasil, e não quatro como menciona a matéria. No mesmo parágrafo, existem quatro cursos gratuitos no País (UnB, USP, UERJ e UFRJ), e não dois como citado na reportagem. Lembramos que no site do CFC as informações sempre estiveram corretas.

Este espaço pertence aos leitores do Jornal do CFC. É por meio dele que será feita a interação entre a vontade do leitor e os editores do Jornal. Para incentivar este diálogo, cartas, opiniões, sugestões e pedidos serão bem-vindos. Os editores.

Jornal do CFC

Ano 5 - Número 51 - Agosto de 2002
COORDENAÇÃO EDITORIAL:
AP Vídeo e Comunicação
EDIÇÃO:
Leticia Assis - MTb 4424/DF
JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Marcio W. Varella - MTb 108/2/20
REDAÇÃO:
Márcio Varella e José Soares
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Sílvia Neves de Oliveira
REVISÃO:
Andréa Ribas
e-mail: comsocial@cfc.org.br
Tiragem: 85.000 exemplares

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
www.cfc.org.br - e-mail: cfc@cfc.org.br

CRE: como o CFC está agindo para evitar fraudes

A crise mundial da auditoria contábil, revelada com a quebra de grandes empresas e grupos norte-americanos, já começa a dar sinais de reação. Nos Estados Unidos, o Congresso aprovou normas que tornam mais rígidos a auditoria e o controle contábil das empresas. Aqui no Brasil, o primeiro sinal de alerta foi dado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Antes mesmo de ser anunciada a quebra da Enron, a primeira grande empresa a esconder seus prejuízos dos investidores, o CFC criou e implantou o Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE), a chamada "Revisão pelo Pares". O trabalho deste comitê, coordenado pelo contador José Antonio de Godoy, com apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), teve início em fevereiro deste ano.

Ao todo, a CVM indicou, por meio de três ofícios, 431 empresas de auditoria independente para contratar revisores. Os revisores são auditores contratados pelos auditores a serem revisados. Esses auditores só podem contratar revisores que tenham cadastro na CVM e estrutura compatível com a do revisado. Uma empresa grande não pode contratar uma pequena.

Segundo o coordenador Godoy, já foram analisados 83 relatórios dos revisores (referentes aos dois primeiros ofícios da CVM). Alguns relatórios pedem esclarecimentos e outros, complementações para as empresas de auditoria. À medida que esses esclarecimentos e complementações vão sendo atendidos, os relatórios são aprovados. "Agora estamos na fase de análise do plano de ação dos revisados. As empresas revisadas que

receberam recomendações dos revisores nos relatórios têm que apresentar um plano de ações para cumprir as recomendações dos revisores", explica Godoy. O prazo final para que os revisores apresentem os relatórios das 347 empresas de auditoria independente restantes (referentes ao terceiro ofício da CVM) termina no próximo dia 30 de setembro.

Qualidade e eficiência

São membros do comitê os contadores Irineu De Mula, José Antonio de Godoy, Marco Antônio Brandão Simurro e Pedro Lúcio Siqueira Farah. O CRE foi constituído a partir de uma parceria com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). A Portaria CFC nº 28/01, que criou o comitê, estabelece que um dos objetivos deste trabalho é a necessidade urgente de se fazer uma avaliação dos procedimentos adotados pelos contadores e firmas de auditoria, buscando alcançar melhor qualidade técnica e eficiência. "A revisão externa de qualidade constitui-se em um processo educacional de acompanhamento e de fiscalização e é considerada elemento essencial nos serviços de auditoria independente no âmbito interna-

cional. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) prevê a obrigatoriedade da revisão do controle de qualidade para os Contadores e firmas independentes", diz a portaria.

O coordenador Godoy esclarece aos participantes que, de acordo com a

Instrução CVM nº 308/99 e a Norma Brasileira de Contabilidade T 14, editada pelo CFC, todos os auditores, pessoas físicas ou jurídicas, cadastrados na CVM são obrigados a submeter-se ao Programa de Revisão Externa de Qualidade. As dúvidas dos auditores poderão ser formalizadas ao CRE, que tem sede no 10º andar do Edifício do CFC, ou pelo endereço eletrônico cre@cfc.org.br.

Foto: Eugênio Novaes



José Antonio de Godoy, coordenador do CRE

A revisão externa de qualidade constitui-se em um processo educacional de acompanhamento e de fiscalização.



II ENESCAP Sudeste



De 8 a 10 de setembro aconteceu o II ENESCAP-Sudeste, em Belo Horizonte, numa promoção do Sescon-MG, com apoio dos Sescons RJ, ES e SP. O foco central do evento é a influência dos investimentos em preservação ambiental no desempenho das empresas e seu relacionamento com a sociedade.

II ENESCAP Nordeste

O Encontro das Empresas de Serviços Contábeis, Auditoria e Pesquisa do Nordeste aconteceu nos dias 22 e 23 de agosto, em Fortaleza, numa promoção do Sescon-CE e apoio dos Sescons MA, PI, RN, PB, PE, AL, SE e BA.



ANÁLISE de Balanço DATALEX 1.3

SÉRIE SOLUÇÕES CONTÁBEIS

PODEROSA FERRAMENTA PARA O EMPRESÁRIO CONTÁBIL

FÁCIL DE USAR! INDISPENSÁVEL PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL!

Agora, na versão 1.3, com mais recursos e facilidades de uso. Elabora completo Cadastro Empresarial em 1, 2 e 3 exercícios. Analisando Ativo, Passivo, Contas de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Origens e Aplicações de Recursos e Principais Índices Econômico-Financeiros.

Cópia de avaliação disponível para download em quatro categorias: Empresa, Autônomo, Escola e Estudante.

WWW.DATALEX.COM.BR
Telefax 67 324-8999
analisedebalanco@datalex.com.br

Mais de 20 mil contabilistas fazem o 2º Exame de Suficiência de 2002

Encerradas as inscrições no dia 16 de agosto, o Exame de Suficiência realiza a segunda prova deste ano no próximo dia 29 de setembro, que cai num domingo. As provas já estão prontas: foram definidas pela Comissão de Elaboração de Provas, no mês de julho, e aprovadas pela Comissão de Coordenação, em meados de agosto.

O que mais chama a atenção neste sexto Exame de Suficiência é o número de contadores inscritos, que, pela quarta vez consecutiva, supera o de técnicos em contabilidade. O exame foi implantado em 2000, ano em que o número de técnicos inscritos chegou a 1.957 e o de contadores, a 1.626; no segundo exame daquele ano, o número de técnicos inscritos atingiu 4.922 e o de contadores, 4.244.

Em 2001, o número de contadores chegou a 8.603 e o de técnicos,

a 6.749; no segundo exame, foram 8.673 contadores e 8.554 técnicos inscritos. E neste ano, no primeiro exame, 12.295 contadores se inscreveram, para 9.395 técnicos em contabilidade.

Segundo os organizadores do Exame de Suficiência, 20.407 contabilistas deverão fazer a segunda prova deste ano.

Gabarito

O Conselho Federal de Contabilidade aprovou 21.520 contadores e 13.910 técnicos em contabilidade nos cinco Exames de Suficiência realizados até hoje em todo o País.

O gabarito das provas deste 2º exame será divulgado na primeira semana de outubro; o resultado final também será divulgado em outubro, pelo site www.cfc.org.br.



Foto: Divulgação

Carolina Dieckman empresta seu rosto ao CFC novamente

Em agosto, uma nova campanha foi veiculada pelas principais emissoras de TV do País. A atriz Carolina Dieckman, que em abril participou da Campanha Nacional de Doação de Sangue, emprestou seu rosto e seu prestígio novamente para divulgar as inscrições para o 2º Exame de Suficiência.



Contador participa de pós-graduação em Harvard

O contador e professor Josir Simeone Gomes participou, de 4 a 17 de agosto, do Programa de Pós-Graduação para Dirigentes Mundiais de Instituições de Ensino de Pós-Graduação, na Harvard Business University. O contador é pós-doutor em Administração pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha, livre-docente em Contabilidade pela UFRJ, e doutor em Administração pela COPPEAD/UFRJ, além de representar o Conselho Federal de Contabilidade na AIC (Associação Interamericana de Contabilidade).



Foto: Divulgação



Pelos Regionais

CRCGO

No auditório do CRCGO, no dia 9 de agosto, foi realizado o 2º Fórum de Professores de Contabilidade de Goiás. Os temas das palestras, depois discutidos pelos participantes, foram: O Provão como uma Discussão Atual, o Exame de Suficiência e a Metodologia do Ensino Superior de Contabilidade.



Foto: Divulgação

Cerca de 150 professores de todo o estado participaram do evento. Antes do fórum, foi inaugurada a fotografia do ex-presidente do CRCGO Edson Cândido Pinto, na galeria de presidentes do Conselho Regional. A nova sede do CRCGO foi construída durante a gestão do presidente homenageado e inaugurada na gestão do atual presidente, Alexandre Francisco e Silva.

CRCMG

O CRCMG promove, entre os dias 18 e 20 de outubro, em Belo Horizonte, o I Encontro Mineiro de Professores do Curso de Ciências Contábeis, com apoio do CFC. Informações e inscrições no telefone (31) 3261-6167, ramais 230, 231 e 307, setor de eventos do CRCMG. Informações sobre o I Encontro também podem ser obtidas no endereço eletrônico www.crcmg.org.br.

Entrevista

José Martonio Alves Coelho*

Técnicos em contabilidade têm exercício garantido

O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, José Martonio Alves Coelho, explica, em detalhes, nesta entrevista ao **Jornal do CFC**, como fica a situação dos técnicos em contabilidade depois que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) extinguiu esses cursos. Martonio Coelho tranquiliza os profissionais que se formaram antes da decisão do Ministério da Educação (MEC).

Ele fala também sobre a indicação do CFC e da classe contábil com a proposta do MEC de diminuir o tempo de duração desses cursos.

Jornal do CFC – Qual o balanço que o senhor faz deste sexto exame de suficiência, principalmente no que se relaciona ao número cada vez maior de contadores inscritos?

MC – O balanço que fazemos do Exame de Suficiência é o mais positivo, considerando que iremos

atingir mais de 67 mil participantes. Esse fato vem referendar a posição do Conselho Federal de Contabilidade, quando instituiu a obrigatoriedade do exame para o registro profissional. Em relação ao maior número de inscrição dos bacharéis em Ciências Contábeis, se explica pela grande demanda de cursos de Ciências Contábeis em todo o Brasil, atrelado ao recrudescimento do curso de técnico em contabilidade, cuja extinção se deu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases.

Jornal do CFC – Qual o futuro do técnico em contabilidade?

MC – O técnico em contabilidade tem o seu exercício profissional garantido, considerando que todos aqueles que concluíram o curso de técnico em contabilidade até 2001 tinham, por força da nossa lei de regência

(Decreto-lei nº 9.295/46), direito às prerrogativas inerentes àqueles que concluísem o curso equivalente ao 2º grau. Na verdade, o curso de técnico em contabilidade equivalente ao 2º grau foi extinto pela LDB. A Lei de Diretrizes e Bases, ao extinguir o curso de técnico em contabilidade, criou os cursos profissionalizantes, permitindo, assim, que as instituições de ensino ofertassem cursos de diversas matizes. Assim, são ofertados vários cursos profissionalizantes, pós-médio, inclusive de gestão, com ênfase em contabilidade, que recebem o nome de técnico em contabilidade, como também foram criados cursos de tecnólogos, seqüencial, etc. A nossa lei de regência que instituiu as prerrogativas, profissionais, é muito clara quando define as duas categorias

profissionais, que são a de técnico em contabilidade, de nível médio, e a de bacharel em Ciências Contábeis, de

nível superior. Os profissionais que concluíram o curso de técnico em contabilidade na modalidade equivalente ao nível médio, desde que se submetam ao Exame de Suficiência sejam aprovados, terão direito ao registro no Conselho Regional de sua jurisdição. A Resolução CFC nº 930/02, que trata da não-concessão de registro aos técnicos em contabilidade, diz respeito única e exclusivamente aos cursos ofertados após a extinção do curso de técnico em contabilidade de nível médio. É importante esclarecer que essa resolução teve a sua eficácia suspensa por ato do Presidente do CFC, ate que seja discutida com toda a comunidade, principalmente em face da necessidade de um melhor entendimento sobre a matéria. No entanto, no nosso entendimento pessoal, aqueles que concluíram cursos

profissionalizantes, que não atendem ao que define a nossa lei de regência, não poderiam obter registro profissional de técnico em contabilidade, porquanto a legislação somente ampara aqueles estudantes que concluíram o curso técnico em contabilidade equivalente ao 2º grau. Esta nossa posição tem como pressuposto a proteção aos técnicos em contabilidade, com registro ou não nos CRCs, porque, para eles, existe a proteção constitucional do direito adquirido.

Jornal do CFC – Como está a questão do curso de Ciências Contábeis no que se relaciona ao tempo de duração do curso?

MC – Fomos surpreendidos com a divulgação de parecer do Conselho Nacional de Educação, que pretendia estabelecer o tempo mínimo de 3 (três) anos para a conclusão do bacharelado em Ciências Contábeis e, ainda uma completa desregulamentação na estrutura curricular, para os cursos de Ciências Contábeis. O Conselho Federal, imediatamente, se indignou com o fato e rapidamente procurou o apoio de outras entidades do meio contábil. Concomitante a isto, mantivemos audiência com o professor Sá Barreto, secretário da Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação, para quem colocamos a nossa posição e fica-

mos à disposição para podermos contribuir, oferecendo sugestões para a questão. Enviamos ofício ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, quando juntamos as sugestões do sistema contábil brasileiro, e definimos a nossa posição sobre a necessidade de, no mínimo 4 (quatro) anos para a conclusão do curso de Ciências Contábeis. Enviamos também ofício e sugestões ao Conselho Nacional de Educação e ainda oficiamos a todos os parlamentares do Congresso Nacional. Estamos, assim, na expectativa, mas atentos ao andamento da matéria.

Jornal do CFC – Se o tempo de duração do curso cair para 3 anos, a qualidade do futuro profissional estará comprometida?

MC – Com certeza, pois em 3 (três) anos não há como se atender à formação de profissional, que hoje está a exigir o mundo capitalista, onde a complexidade das transações é cada vez maior.

*** é advogado, Contador e vice-presidente de desenvolvimento profissional do CFC.**



Foto: Eugênio Novaes

Crescimento de atividade rural favorece mercado de trabalho contábil

O PIB da agricultura brasileira cresceu 8,65% em 2001, chegando a R\$ 54,54 bilhões, apresentando melhor desempenho do que a pecuária, especialmente no segundo semestre do ano. O PIB da pecuária foi de R\$ 44,86 bilhões, apresentando um crescimento de apenas 0,33% no ano, enquanto a agricultura atingiu R\$ 99,40 bilhões. Os números são da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A boa performance do segmento agrícola se deve ao aumento do volume de produção do setor e à sensível redução da tendência de queda dos preços médios reais dos produtos agrícolas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção de grãos alcançou 98,55 milhões de toneladas, em 2001, contra os 83,25 milhões de toneladas produzidos em 2000, o que representa um crescimento de 18,38%. O PIB do agronegócio brasileiro cresceu 1,85% no acumulado do ano, se comparado a 2000, chegando a um valor estimado de R\$ 344,95 bilhões, contra os R\$ 338,67 bilhões, de 2000.

Devido à essa performance, os recursos a serem colocados à disposição dos produtores no ano agrícola 2002/2003 deverão alcançar um montante de R\$ 21,7 bilhões, o que significa um acréscimo de 26% sobre o concedido na safra anterior.

O crescimento da agricultura brasileira, nos últimos 10 anos, fortaleceu o trabalho do contabilista de todo o País. Essa



Foto: Divulgação

evolução já permite dizer que a agropecuária brasileira, hoje, está quase que totalmente contabilizada. A partir da Constituição de 1988, a maioria dos trabalhadores do campo passou a ter a carteira de trabalho assinada e seus patrões tomaram-se clientes de escritórios de contabilidade, aumentando o leque de opções de trabalho para os contabilistas.

A contabilização rural provocou a implantação de novas empresas contábeis – hoje, funcionam nas cidades brasileiras 63.356 escritórios contábeis. Grande parte deles é especializada em contabilidade rural.

O Escritório de Contabilidade Rural Ltda., de Goiânia, atende a 220 produtores rurais não só de Goiás, mas também do Mato Grosso, Minas Gerais e Tocantins.

O sócio da empresa, Gercino Cesário Bonfim, 53 anos, técnico em contabilidade, atende os pro-

dutores há 27 anos. “Da Constituição de 1988 para cá, todos os fazendeiros cadastraram seus empregados. Antes, quase ninguém usava os serviços contábeis. Nós tivemos muitas dificuldades no início: eles eram muito desorganizados, vinham ao escritório uma vez por ano com um saco cheio de papéis e a gente tinha que fazer tudo correndo. Hoje, eles comparecem mensalmente, trazendo toda a documentação e facilitando o nosso serviço”, afirma Gercino.

Gercino nasceu em Caratinga (MG) e foi para Goiânia em 1971. Considera a sua empresa moderna e bem dotada de tecnologia. “Tenho 12 funcionários, rede de computador interligada; cada equipamento novo que surge na praça eu compro, procuro estar sempre atualizado”, conta ele.

Um outro exemplo deste crescimento do número de escritórios especializados em contabilidade rural está na cidade de Jataí,

o quinto maior município goiano, localizado no sudoeste do estado e com 100 mil habitantes distribuídos entre as áreas rural e urbana. Em todo o município existem 100 contabilistas registrados no CRCGO, distribuídos em cinco escritórios de pessoas jurídicas e 41 escritórios individuais. Somente um desses escritórios, o HG Serviços de Contabilidade, do contador Hélio Gomes Pereira da Silva, tem 125 produtores rurais cadastrados.

Nos últimos cinco anos, dobrou o número de produtores rurais que se tornaram clientes de escritórios de contabilidade em Jataí.

Em Ituiutaba, interior de Minas Gerais, com 90 mil habitantes, a situação é a mesma. Lá existem 19 escritórios de contabilidade – oito fazem contabilidade rural.

A região produz soja, mas a base da economia é a pecuária – um dos maiores frigoríficos do País, o Bertin, está instalado em Ituiutaba. O escritório Planeta, do contador Carlos Otávio, tem 500 produtores rurais como clientes.

O técnico em contabilidade José Augusto Picão, 49 anos, proprietário do escritório contábil Contrilex, de Ribeirão Preto, na região nordeste do Estado de São Paulo, diz que tem como cliente um condomínio de agricultores com média de faturamento anual de R\$ 160 milhões.

Ao todo, ele tem mais de 100 produtores rurais como clientes. A região de Ribeirão Preto é uma das maiores produtoras de cana de açúcar e álcool do País.

RBC prorroga promoção até 10 de outubro

O CFC e a Mastermaq prorrogaram até o dia 10 de outubro de 2002 a campanha que será realizada entre os assinantes da Revista Brasileira de Contabilidade. Serão três assinantes sorteados: o primeiro será contemplado com um Fiat Palio EX 0Km; o segundo sorteado levará para casa um Notebook Presario; e o terceiro ganhará um Microcomputador. A RBC é uma fonte de pesquisa obrigatória para profissionais contabilistas, pesquisadores, cientistas e acadêmicos, num conjunto de cerca de 350 mil profissionais que têm acesso à revista.

ASSINE JÁ!
RBC e Mastermaq outra vez

Participe e concorra a prêmios
Central de Assinaturas:

LIGUE AGORA! 0800-611946 (LIGAÇÃO GRATUITA)



MASTERMAQ
Soluções para sua empresa

RBC
Revista Brasileira de Contabilidade

C Conselho Federal de Contabilidade
www.cfc.org.br



CILEA busca integração de países de origem latina



O Comitê de Integração Latino-Euro-América (CILEA), do qual o Brasil faz parte, é considerado, hoje, como uma das entidades mais importantes do mundo na questão da harmonização das profissões, entre elas a do contabilista.

O CILEA nasceu logo após o I Seminário de Profissionais de Ciências Econômicas de Países Latinos, realizado em Buenos Aires (Argentina) em março de 1997. A implantação do CILEA foi uma resposta às reivindicações das organizações profissionais da maioria dos países latino-americanos. Entre as reivindicações, estava a criação de um espaço para o diálogo que fortaleceria o processo de globalização mundial.

A missão do CILEA é dar transparência à comunicação entre os países-membros e estabelecer pautas comuns para o processo de harmonização das profissões, além de divulgar as posições e opiniões convergentes entre esses profissionais. Entre os principais objetivos do CILEA, destacam-se: estudar as normas profissionais e técnicas vigentes em cada país, promovendo sua ampla divulgação; harmonizar as normas técnicas e de exercício profissional no âmbito



Foto: Divulgação

Presidente do CILEA, Oscar J. Montaldo

de todos os países que formam o CILEA; assessorar os governos dos países-membros nos processos de harmonização e integração das normas contábeis; difundir, nos meios governamentais, empresariais, acadêmicos e profissionais, os avanços obtidos em seus estudos e gestões realizadas; e promover o debate das questões que contribuam para o progresso das profissões ligadas às Ciências Econômicas e Contábeis.

O atual presidente do Conselho Diretor do CILEA, o uruguaio Oscar J. Montaldo, com mandato até 2003, afirma que um dos propósitos do CileA, com a realização deste seminário em Santiago do Chile, foi conhecer melhor o funcionamento das pequenas e médias empresas do continente, "pois acreditamos que essas empresas são o grande motor dos países, pelo seu grande

conteúdo social, econômico e de uso de mão de obra. Com a globalização e a rapidez da evolução tecnológica, sem dúvida, as pequenas e médias empresas só poderão acompanhar este crescimento por meio da integração e da promoção do conhecimento".

Além de Montaldo, fazem parte do Conselho Diretor do CILEA o contador francês Willimam Nahum (primeiro vice-presidente); o contador argentino Norberto Barbieri (vice-presidente); o contador brasileiro José Maria Martins Mendes (vice-presidente); o contador espanhol Fernando Gonzalez-Moya R. De Mondelo (vice-presidente); o contador italiano Claudio Siciliotti; o contador mexicano Roberto Resa Monroy (vice-presidente); e o contador romeno Alexandru Rusovici (vice-presidente).

Atualmente, o CILEA é composto por 27 países-membros, tanto da Europa (Espanha, França, Itália, Portugal e Romênia) como da América (Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela).

Interessados poderão consultar mais informações no site www.cndc.it/cilea/index.htm.

Em debate, as pequenas e médias empresas

As novas oportunidades para as pequenas e médias empresas foi o tema principal do VI Seminário Internacional do Comitê de Integração Latino-Euro-América (CILEA), realizado em Santiago do Chile (Chile), nos dias 21 e 22 de agosto. O Conselho Federal de Contabilidade foi



Foto: Divulgação

Contadores Irineu De Mula, José Maria Martins Mendes, Francesco Serao, Norberto O. Barbieri e Alcedino Gomes Barbosa, durante o VI Seminário CILEA

representado pelo seu presidente, Alcedino Gomes Barbosa, que atuou como observador, e pelo vice-presidente Técnico Irineu De Mula, que foi um dos coordenadores dos debates. O encontro foi promovido pela Fa-

culdade de Administração e Economia da Universidade de Santiago do Chile.

Contadores de países latino-americanos e da Europa (França, Romênia, Alemanha e Itália) debateram "A inovação e a transferên-

cia de tecnologia – desafios e oportunidades das pequenas e médias empresas no Terceiro Milênio".

O vice-presidente brasileiro do CILEA, José Maria Martins Mendes, fez palestra e mostrou como funcionam as pequenas e médias empresas no Brasil, as linhas de crédito

disponíveis e como atua o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Sebrae). O próximo seminário do CILEA, conforme o rodízio entre seus países-membros, será realizado na Europa, em 2003.



INTERNACIONAL

- **Congresso Mundial de Contadores**
18 a 21/11 – Hong Kong/China
- **XXV Conferência Interamericana de Contabilidade**
7 a 10/9/2003 – Panamá
- **V Congresso Interamericano de Professores da Área Contábil**
11 e 12/9/2003 – Panamá
- **XXVI Conferência Interamericana de Contabilidade**
2005 – Brasil

NACIONAL

- **XVII Congresso Brasileiro de Contabilidade**
2004 – São Paulo-SP
- **IX Congresso Brasileiro de Custos**
13 a 15/10 – São Paulo-SP
- **IV Encontro Nacional da Mulher Contabilista**
20 a 22/3/03 – Belo Horizonte-MG
- **ENESCAP**
- **Sudeste:** 8 a 10/09 – Belo Horizonte-MG.
- **Norte e Centro-oeste:** 22 a 24/11 – Manaus-AM
- **ENECIC**
Julho/2003 – Campo Grande-MS
- **CONESC**
2003 – Florianópolis-SC

Consulte os demais eventos programados no site do CFC: www.cfc.org.br.

Contabilista dá exemplo de cidadania no estado de Rondônia

Em Rondônia, um técnico em contabilidade, sem a ajuda do Ministério Público, entrou com 22 ações populares na Justiça nos últimos três anos para exigir que o dinheiro público não fosse desperdiçado. Domingos Borges, 30 anos, mora em Ariquemes, no interior do Estado. Após investigações feitas por sua própria conta, Borges conquistou vitórias importantes para o município. Uma delas evitou que a Prefeitura de sua cidade pagasse R\$ 11 milhões a uma empreiteira por um trabalho que nunca foi feito: a pavimentação e sinalização de uma estrada de 28 quilômetros de distância que liga os municípios de Alto Paraíso e Ariquemes. Para cruzar o rio que separa esta estrada, os usuários têm que usar uma balsa – no contrato da empreiteira com a Prefeitura estava prevista uma ponte. Isso sem falar na poeira e nos buracos, que existem até hoje.

Borges, em suas ações populares, acusa os políticos locais – vereadores e prefeitos – de “manipular o dinheiro público e de desviar verbas para campanhas

eleitorais”. Borges nasceu no Piauí, mas mora em Rondônia há dez anos: “Tem muito político que se elege pelo Estado apenas para manipular o dinheiro público”.

Neste ano, o contabilista conseguiu na Justiça que os vereadores de Ariquemes devolvessem um mês de salário. Ele denunciou que os vereadores concederam, a si próprios, um reajuste salarial ilegal. “O contabilista nos fez ver que estávamos errados e, com a ação na Justiça, nossos salários voltaram à realidade”, afirma o vereador Nilson Francisco de Jesus.

Ameaças e esperança

Borges também denunciou na Justiça que a Prefeitura havia feito um contrato de aluguel com empresa de ônibus escolares com preços superfaturados. A Justiça determinou o fim do contrato. Com isso, a Prefeitura foi obrigada a comprar oito ônibus para levar os estudantes às escolas. A economia com a compra dos ônibus foi de R\$ 33 milhões por ano.

Borges já sofreu ameaças à

sua vida por ter impetrado as ações na Justiça, mas nunca desistiu de levar os processos até o fim. Ele não pretende se candidatar à cargo pública. “Minha esperança para o futuro é que a população se conscientize de tudo isso e faça como eu estou fazendo”, finaliza o contabilista.



Para entrar com ação popular

O técnico em contabilidade Domingos Borges dá as dicas para o cidadão brasileiro que, sentindo-se prejudicado, pretende entrar com ação popular na Justiça para evitar o desperdício do dinheiro público.

O cidadão deve:

- ter o título de eleitor em dia;
- procurar um advogado ou o Ministério Público;
- ter indícios fortes de desvio do dinheiro público e pedir ajuda nas investigações ao Ministério Público;
- levar a denúncia a um vereador de sua confiança, para que ele lute pela abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Contador assume presidência da ACI-Ribeirão

O contador Francisco Pinguera, diretor regional dos Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon), vai assumir a presidência da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (SP).

É a primeira vez, em 98 anos, que um empresário do setor de serviços assume a presidência da associação. Pinguera vai representar os 6.300 empresários da cidade, associados à entidade.

Pinguera foi vice-presidente da

associação nos quatro últimos mandatos consecutivos. “Vencemos porque foi a primeira vez que os prestadores de serviços se envolveram efetivamente com a entidade”. Ele explica que a vitória tem relação também com o crescimento do setor de serviços na cidade, acompanhando a tendência do estado e do mundo. “Na associação comercial de Ribeirão, o comércio representa 60%, os serviços, 32% e a indústria, 8%. O setor de serviços da cidade dobrou

Foto: Divulgação



Francisco Pinguera, diretor regional do Sescon

de tamanho nos últimos dez anos”, diz. “Quero fazer um trabalho no estado para que o setor de serviços seja mais representado”, promete.

O novo presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto participou do 18º Congresso das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo, realizado em Ribeirão Preto, entre os dias 15 e 17 de agosto. O tema do congresso foi a qualidade no setor de serviços.

Ainda no sufoco???

Nós temos a solução!!!

Softwares para automação completa e integrada do escritório contábil que conta ainda com a poderosa **Integração Cliente x Contador**, ferramenta que agiliza todo o processo de comunicação entre o escritório contábil e o seu cliente, enviando guias, balanços, folhas de pagamento e outros documentos via internet, reduzindo muito seus custos.

ALTERDATA
Tecnologia em Informática
0800-704-1418
contabilidade@alterdata.com.br
www.alterdata.com.br

Notícias Contábeis

Contabilistas visitam o CFC

Foto: Divulgação



Luís Gonzaga de Queiroz da Silva, Valmir Rodrigues da Silva, presidente Alcedino, Selma Oliveira Silveira e Dailton de Castro Silveira, em visita ao CFC

O programa de visitas de conselheiros, delegados e sindicalistas, denominado "CFC em um dia", trouxe a Brasília, na última semana de agosto, os contabilistas Dailton de Castro Silveira, delegado do CRCSE do município de Estância; Valmir Rodrigues da Silva, delegado do CRCMG em Alfenas; e Luís Gonzaga Queiroz da Silva, delegado do CRCPE do município de Caruaru. Sorteados na

Plenária de julho, os visitantes puderam conhecer um pouco do funcionamento do CFC, suas instalações, além de participar da Reunião Plenária de agosto.

Para Valmir Rodrigues, conhecer a sede do CFC foi "viver o maior orgulho do mundo". Para o sergipano Dailton Castro, "é o sonho de todo Contabilista". Já Luís Gonzaga Queiroz salientou a realização de um sonho ao conhecer a sede do Conselho.

Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas

Saiu a nova edição do livro Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas, numa parceria entre o CFC e o Sebrae. O livro orienta micro e pequenos empresários nos aspectos da Contabilidade.



Provão



Atendendo ao convite do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade participaram como observadores do Provão do Curso de Ciências Contábeis em todos os estados brasileiros.

O Provão contou com a presença de 250, profissionais que avaliaram a efetivação da prova dos concluintes dos Cursos de Ciências Contábeis e estão encaminhando as suas observações ao Ministério da Educação.

Baixa de empresas, no INSS, pela internet

O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) lançará, em setembro, um programa que permitirá aos contabilistas fazer a baixa de empresas e obter a Certidão Negativa de Débitos (CND) pela internet. Terão direito ao procedimento empresas que tenham tido, no máximo, dez empregados/vínculos durante o período de funcionamento e estejam regularizadas com as Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS), as Guias de Recolhimento do FGTS, Informações à Previdência Social (GFIP) e a GFIP Código 906 (sem movimento), no mês seguinte ao encerramento das atividades.



LRF aperta o cerco a administradores de Alagoas

Os administradores públicos de Alagoas têm até o final deste ano para se adequarem à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), implantada em maio de 2000, para evitar sanções administrativas e penais. Segundo o diretor de fiscalização estadual do Tribunal de Contas (TC) do Estado, Dário César Barbosa, as prefeituras, assim como também o Governo, têm enviado ao órgão os relatórios exigidos pela LRF que comprovam o cumprimento das normas e limites impostos à administração das finanças públicas e devem fechar o ano dentro da lei. A partir de janeiro do próximo ano, as punições administrativas e penais previstas na LRF entrarão em vigor. O coordenador do Programa Nacional de Treinamento sobre a LRF, Joaquim Batista, reforçou que todos os administradores públicos estarão sujeitos inclusive a penas de detenção, caso descumpram a LRF, além de administrativas, como a suspensão de transferência voluntárias de recursos do Governo federal e empréstimos financeiros.

Eventos em Destaque

Conferência interamericana no Panamá



De 7 a 10 de setembro de 2003 acontece a XXV Conferência Interamericana de Contabilidade, que será realizada na cidade do Panamá (Panamá). Desta vez, a Comissão Organizadora da

Conferência, promovida pela Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), decidiu colocar em debate o tema "A profissão contábil e uma nova visão dos negócios".

Os subtemas discutidos pelos delegados, conferencistas e convidados à Conferência serão "As normas internacionais de contabilidade e sua adequação à escala

nacional", "A valorização das empresas", "Auditoria do capital intelectual", "O impacto das normas internacionais de contabilidade", "Os mecanismos para se combater a corrupção governamental", "Os instrumentos tecnológicos utilizados na formação do contador público", entre outros.

E nos dias 11 e 12 de setem-

bro de 2003, também no Panamá, será realizado o V Congresso Interamericano de Professores de Contabilidade. A valorização da profissão é um dos temas a ser discutido pelos professores.

Interessados poderão consultar mais informações no site www.webpanama.net/panama2003.

Conselho e CVM implementam Normas Brasileiras de Contabilidade

O CFC deverá continuar à frente da coordenação do trabalho de elaboração, estudo e divulgação dos princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria. O presidente do CFC e seu vice-presidente Técnico, contadores Alcedino Gomes Barbosa e Irineu De Mula, respectivamente, continuam à frente das negociações com o Congresso Nacional e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na Câmara, eles já conseguiram do relator do substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.741/2000, deputado Emerson Kapaz (PSDB-SP), o apoio para a postergação de sua votação, que previa a criação de uma entidade de direito privado visando o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria. "Nosso objetivo é que o CFC continue responsável pela



Foto: Eugenio Novaes

Deputado Emerson Kapaz está examinando a proposta de permanência do CFC como responsável pela elaboração das NBCs

elaboração das NBCs, o que é de sua competência desde 1981", explica De Mula.

O projeto, que modifica a Lei das S.A. e dispõe sobre requisitos de qualificação de entidades de estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria, está tramitan-

do na Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Apesar do recesso branco, devido às eleições, o projeto pode ser votado na Comissão ainda neste semestre.

No substitutivo apresentado pelo relator, será instituído o Comitê de Padrões Contábeis, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que teria por objeto social o estudo, a elaboração e a divulgação de princípios, procedimentos e padrões de contabilidade. O Comitê deverá ser composto de dois representantes de universidades, do CFC e de associações representativas dos auditores independentes, dos analistas de valores mobiliários e das companhias abertas. A maioria dos membros do órgão deliberativo do comitê será de contadores. O deputado Emerson Kapaz está exami-

nando a proposta feita pelo CFC de continuar à frente da coordenação deste trabalho.

Apoio da CVM

Da CVM, no dia 8 de agosto, Alcedino Gomes Barbosa e Irineu De Mula conseguiram o apoio para que o CFC pudesse continuar fazendo seu trabalho de elaboração e divulgação das NBCs. Para isto, o CFC ficou com a responsabilidade de desenvolver os estudos e a definição dos componentes do comitê. Segundo Irineu De Mula, o resultado da conversa com a diretoria da CVM, inclusive com o seu presidente, Luiz Leonardo Cantidiano, "foi excelente, pois tivemos a oportunidade de reafirmar nosso apoio ao segmento de valores mobiliários sem deixar de continuarmos elaborando as NBCs e os Princípios Fundamentais de Contabilidade".

CFC defende classe das acusações de Lula

No dia 7 de agosto os jornais *O Globo* e *Diário de São Paulo* publicaram matéria, de autoria de Ricardo Galhardo, com declarações de Lula criticando o Governo FHC.

O tom ofensivo do presidente está explícito no trecho "Lula comparou os integrantes da equipe econômica do Governo a contadores, cuja única coisa que interessa é a matemática financeira". Fica evidente a ofensa à classe contábil quando Lula insinua que contadores não se preocupam com políticas sociais.

O Conselho Federal de Contabilidade enviou ofício ao candidato Luís Inácio Lula da

Silva e aos dois jornais, para que fique claro o papel social da classe contábil em ações como a Campanha Nacional de Doação de Sangue e a inclusão de indicadores sociais no Prêmio CFC de Gestão Fiscal Responsável. Manifestaram-se em apoio ao Sistema Contábil as entidades conagraçadas de São Paulo, Fenacon, além dos CRCs.



Foto: Divulgação

Linha Contábil Mastermaq: testada e aprovada por mais de 15 mil empresas

A Linha Contábil Mastermaq é mais do que um conjunto de sistemas integrados. Ela é um verdadeiro pacote de soluções para a automatização dos serviços da sua empresa e a otimização do seu trabalho: MasterFolha • MasterContábil • MasterAtivo • MasterTributos • MasterFiscal • MasterDocumento • MasterPlus

Centra alguns dos recursos exclusivos de MasterPlus, o programa que não pode faltar na sua empresa contábil:

- Central de Custos de emp. contábil:** saiba quanto custa cada um de seus clientes. Descubra quais clientes geram lucro ou prejuízo para a sua empresa
- Central de Obrigações:** como controlar de forma informatizada todas as obrigações da sua empresa contábil com seus clientes
- Escritório Contábil Virtual:** você envia para seus clientes guias, relatórios, diários, balanços... tudo isso via internet, com a agilidade que a sua empresa precisa
- LALUR:** totalmente integrado ao IR e DIPJ

Conheça também nossa Linha Administrativa, totalmente integrada à Linha Contábil: MasterFinanceiro, MasterEstoque, MasterFaturamento, MasterPDV, MasterAlmoxarifado, MasterCompras, MasterPonto, MasterAcesso

TELEVENHAS
0800-786200
www.mastermaq.com.br

MASTERMAQ 10

10 anos fazendo a diferença

Mastermaq: mais de 60 mil sistemas implantados, 50 centros de atendimento técnico, presente em todo o território nacional.



Foto: Divulgação

Opinião

Prof. Wilson Alberto Zappa Hoog*

A *Ultra Vires* Doctrine está presente na contabilidade

Os aspectos consuetudinários da mais bela das ciências sociais, a Contabilidade, revelam de forma robusta e pacífica a presença da teoria *Ultra Vires*

O objetivo primeiro deste artigo é demonstrar a importância desta teoria, a má elaboração da prestação de contas do administrador/gestor, a via balanço patrimonial conforme a nova Lei nº 10.406/02 e os aspectos relativos às ações de prestação de contas movidas contra os administradores e as ações relativas às resoluções de quotas em relação a um sócio. Esta importância destaca-se para o perito contábil, além de sua educação contábil continuada, como sendo o epicentro da logística e filosofia, fatores de grande valor para a qualidade e produtividade do profissional provedor do equilíbrio da justiça, isto é, a biocontabilidade.

No novo ordenamento legal, relativo ao direito empresarial brasileiro, encontramos a presença da teoria *Ultra Vires*, que separa a responsabilidade, conseqüentemente o registro contábil das sociedades em vários artigos, que dão sustentação ao registro contábil, dos fatos estranhos ao objetivo social e pagos pela sociedade como um direito da pessoa jurídica de receber do administrador. A intenção do legislador de proteger

as sociedades e os investidores está visível no art. 47, pois o ato que extrapola os poderes e/ou objetivos sociais passou a ser imputável à pessoa jurídica, devendo ser atribuído à responsabilidade e ônus do administrador, onde se conclui que uma eventual multa aplicada pelo Ministério do Trabalho por não registrar um empregado não é despesa da pessoa jurídica e sim o direito de receber do administrador/gestor. A intenção

No novo ordenamento legal, relativo ao direito empresarial brasileiro, encontramos a presença da teoria *Ultra Vires*

do legislador de proteger as sociedades e os investidores, limite dos poderes, também está presente no art. 1.015, onde a venda de bens imóveis não é ato de gestão. Novamente encontramos a intenção do legislador de proteger as sociedades e os investidores, responsabilizando o administrador por omissão no desempenho de suas funções, incluindo, além do excesso, a omissão voluntária como um ato ilícito. Também encontramos a intenção do legislador de proteger as sociedades e os investidores, responsabilizando o administrador/gestor por simulação, quando um Balanço Patrimonial apresentar um lucro reduzido por ato ilícito, despesas profanas em relação ao objetivo social, transferindo a outra pessoa direitos diversos às quais realmente se conferem, como a parte de lucro, dos empregados ou

dos debenturistas ou sócios minoritários, que ficou reduzida pela inserção de despesas profanas. Visualizamos em outro artigo também a intenção do legislador de proteger as sociedades e os investidores, expulsando o administrador, sócio tido como pródigo, pois é considerado incapaz para o cargo ou para figurar como sócio.

Objetivos da *Ultra Vires*

1. Estimular os contadores e peritos a pensar sobre a ciência e na necessidade real do estudo continuado, em especial, o direito e a filosofia harmonizados à logística contábil, entendendo plenamente o princípio contábil da entidade e o jurídico da equidade.
2. Está presente para escoimar os espectros de desmandos ou contrários às leis, e os balanços maquiadados.
3. Imprime ao Balanço Patrimonial o verdadeiro espírito da lei, art. 1.188 "expressar, com fidelidade e clareza a situação real da empresa, atendidas as peculiaridades desta".
4. Busca banir e espancar as gestões temerárias, protegendo a atividade da sociedade, pondo termo aos desmandos ou abusos da autoridade gestora.
5. Proteger os interesses dos sócios investidores, empregados, cre-

dores e da comunidade onde está inserida a sociedade.

6. Delinear a função social da propriedade e ilibar o direito a propriedade em sintonia com a Constituição Federal, arts. 5 e 170.

7. Ilidir os crimes falimentares por inserção de elementos inexatos, Decreto-lei nº 7.661/45, art. 186, II "despesas gerais do negócio ou da empresa injustificáveis...".

8. Estimular os brasileiros a investir em valores mobiliários, como debêntures, ações ou quotas, invest-

Em síntese, obtivemos uma versão muito melhorada da antiga legislação, código civil de 1916

mentos que geram empregos rendas e melhores condições/qualidade de vida ao povo brasileiro. Cria condições férteis ao desenvolvimento

da confiança nas sociedades empresárias ou simples.

9. Diante de um administrador/gestor inescrupuloso, representa uma robusta arma na proteção dos interesses individuais e coletivos.

10. Em síntese, obtivemos uma versão muito melhorada da antiga legislação, Código Civil de 1916, art. 159, e Lei nº 6.404/76, art. 158 (esta última continuará em vigor).

***Contador, Mestrando em Direito Profissionalizante em gestão Empresarial pela UNIVALI-SC, Perito Contador, consultor e pesquisador de matéria contábil, professor de perícia contábil, Diretor da Câmara de Perícia do SESCAP.**



Faça agora o seu anúncio no Jornal do CFC

Informações:

Tel: (61) 314-9600 - Fax: (61) 226-6547
 consocial@cfc.org.br



Pioneiros da Contabilidade

“Minha vida pautou-se sempre nos princípios científicos e éticos”

O registro profissional do contador e professor Aecim Tocantins foi expedido no dia 25 de novembro de 1947, pelo CRCMT, entidade fundada por ele. O seu registro poderia ter sido o de número 1, mas “em homenagem aos guarda-livros, aos que faziam contabilidade antes de nós, dei os primeiros cinco números a esses nobres senhores”.

Professor de Contabilidade por 25 anos, Aecim, hoje com 79 anos de idade, continua trabalhando: é membro do Conselho Fiscal da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá e participa de todos os eventos relacionados à política e à Contabili-

tudos na Academia de Comércio, Aecim engajou-se na luta política em defesa dos interesses da classe, ao lado de contadores brilhantes e famosos como Antônio Lopes de Sá, João Ferreira de Moraes Júnior, Alberto Almada Rodrigues, Álvaro Porto Moitinho, Hilário Franco, Reinaldo de Souza Gonçalves e Lafaiete Belford Garcia. Na volta a Cuiabá, foi trabalhar como contador na Usina Santo Antônio; logo depois, abriu um escritório na capital, que mantém até hoje com o nome de Audicontábil. Nessa época, foi inaugurada em Cuiabá a Escola Técnica de Comércio, e

Aecim foi convidado a dar aulas de Contabilidade Industrial, Agrícola e Bancária. Sua carreira de professor teve continuidade na UFMT. Sempre procurei exercer a profissão com entusiasmo, dedicação e apre-

ço. A minha vida pautou-se sempre nos princípios científicos e éticos da contabilidade”, afirma ele.

Além de ter sido o primeiro presidente do CRCMT (reeleito uma vez), Aecim exerceu vários cargos públicos: foi presidente e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, presidente da Federação das Entidades Filantrópicas do Estado, vereador, prefeito de Cuiabá, diretor da Escola Técnica de Comércio, secretário de Justiça e Finanças da Prefeitura de Cuiabá e representante do Estado na Comissão Especial de Divisão do Mato Grosso. Foi, ainda, membro da Academia Brasileira de Ciên-



Fotos: Divulgação

Aecim Tocantins, primeiro presidente do CRCMT

“Cheguei a fazer vestibular para o curso de Direito na Federal, mas, por amor à profissão, renunciei no segundo ano”.

dade de seu estado.

A história de sua vida como contador, professor e político é extensa. Aecim nasceu em Cuiabá e fez o curso primário na Escola Modelo Barão de Melgaço; depois, foi para o Liceu Cuiabano, onde completou o bacharelado em Ciências e Letras. De Cuiabá, seguiu para o Rio de Janeiro, onde se formou contador pela Academia de Comércio, hoje Universidade Cândido Mendes, em 1943. “Eu tinha 20 anos e, junto com o curso de Contabilidade, fiz o de Atuário”, conta o professor. Desde o início de seus es-

“Dei os primeiros cinco números a esses nobres senhores e fiquei com o registro de número 6”.

cias Econômicas, presidente de honra do Ibracon e o primeiro auditor do Estado credenciado no Banco Central. O professor Aecim não cansa de dizer que “os contabilistas devem participar, cada vez mais, da vida política do País.

A ausência do contador deste debate está abrindo espaço para os menos qualificados. Na contabilidade, o poder público foi encontrar o mecanismo seguro e eficiente para o controle de suas finanças e para a organização de sua economia. Após tantos desacertos na gerência dos negócios e no manejo do dinheiro, o poder público agora recorre à contabilidade na ânsia de ajudá-lo a pôr termo à sua angustiante situação econômico-financeira. Ainda bem que os legisladores compreenderam a gravidade do problema e aprovaram a Lei de Responsabilidade Fiscal. Oxalá ela seja respeitada”.

Aecim Tocantins defende a educação continuada: “Por meio de cursos, os profissionais contábeis devem procurar qualificar-se, não somente para a boa militância, mas para ampliar o seu campo de atuação e consolidar sua posição perante a sociedade, dando continuidade à luta e aos ideais dos grandes mestres que nos sucederam”.



Aecim Tocantins é casado, há 41 anos, com Célia Lombardi Correia Tocantins, com quem teve dois filhos: Mário Luís, dentista, e Maria Alice, economista. “O meu xodó é o meu neto, que tem um ano de idade”.



O novo Código Civil

O novo Código Civil, instituído pela Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, encontra-se em fase de adaptação, entrando em vigor um ano depois de sua publicação. No que diz respeito à contabilidade, o novo Código Civil melhorou. O texto do novo Código não premia interesses ou corporativismos. O mais importante de tudo é que a feitura do novo Código causou uma reavaliação das normas incidentes sobre a vida privada.

De olho nos candidatos

Preocupado com o cumprimento das leis eleitorais, o CRCPI realizou, no dia 6 de setembro, um seminário especial sobre a prestação de contas dos candidatos às eleições deste ano. O seminário teve a participação de técnicos do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

OEA

O representante brasileiro nas Organizações dos Estados Americanos (OEA), Embaixador Valter Pecky Moreira, aderiu, no último dia 24 de julho, em Washington, ao Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, que prevê a cooperação mútua dos demais países da região na fiscalização do cumprimento de compromissos conjuntos para combater a corrupção. O decreto legislativo que trata da matéria foi promulgado pelo Congresso Nacional no último dia 25 de junho. A convenção exige que os países passem a adotar uma legislação que proíba e penalize determinadas atividades, como, por exemplo, o oferecimento de propinas por companhias públicas e o recebimento por parte de funcionários.